



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS I- CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE HUMANIDADES- CH  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA**

**VITÓRIA PEREIRA**

**OS NOVOS CONTEXTOS DO ENSINO MÉDIO NA ECI JOANA EMÍLIA DA  
SILVA, FAGUNDES/PB: UM OLHAR PARA O LIVRO DIDÁTICO E OS  
CONTEÚDOS DE GEOGRAFIA A PARTIR DA PERCEPÇÃO DOCENTE**

**CAMPINA GRANDE  
2022.**

**VITÓRIA PEREIRA**

**OS NOVOS CONTEXTOS DO ENSINO MÉDIO NA ECI JOANA EMÍLIA DA  
SILVA, FAGUNDES/PB: UM OLHAR PARA O LIVRO DIDÁTICO E OS  
CONTEÚDOS DE GEOGRAFIA A PARTIR DA PERCEPÇÃO DOCENTE**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado ao Departamento do Curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em Geografia.

**Área de concentração:** Ensino de Geografia

**Orientador (a):** Prof. Me. Nathália Rocha Morais

**CAMPINA GRANDE  
2022**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

P436n Pereira, Vitoria.

Os novos contextos do ensino médio na ECI Joana Emília da Silva, Fagundes/PB [manuscrito] : um olhar para o livro didático e os conteúdos de geografia a partir da percepção docente / Vitoria Pereira. - 2022.

38 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2022.

"Orientação : Profa. Ma. Nathália Rocha Morais, Coordenação do Curso de Geografia - CEDUC."

1. Livro didático. 2. Ensino de geografia. 3. Novo ensino médio. I. Título

21. ed. CDD 372.89

VITÓRIA PEREIRA

OS NOVOS CONTEXTOS DO ENSINO MÉDIO NA ECI JOANA EMÍLIA DA SILVA,  
FAGUNDES/PB: UM OLHAR PARA O LIVRO DIDÁTICO E OS CONTEÚDOS DE  
GEOGRAFIA A PARTIR DA PERCEPÇÃO DOCENTE

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia)  
apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em  
Geografia da Universidade Estadual da Paraíba,  
como requisito parcial à obtenção do título de  
licenciada em Geografia.

Área de concentração: Ensino de Geografia

Aprovada em: 13/07/2022.

**BANCA EXAMINADORA**

*Nathália Rocha Morais*

---

Prof.<sup>a</sup> Ms. Nathália Rocha Morais (Orientadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

*Josandra Araújo Barreto de Melo*

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Josandra Araújo Barreto de Melo  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

*Maria Marta dos Santos Buriti*

---

Prof.<sup>a</sup> Ms. Maria Marta dos Santos Buriti  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

## RESUMO

O ano de 2017 marca uma série de mudanças no que tange à estruturação dos currículos que norteiam a educação básica no Brasil, sinalizando novos olhares e perspectivas para a formação dos jovens, para a atuação docente, para a produção dos materiais didáticos e para o espaço ocupado pela Geografia entre as disciplinas escolares. Tendo em vista as transformações direcionadas ao ensino médio e determinadas pela Lei nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017 que se refere a reforma do ensino médio, e considerando que tais mudanças repercutem diretamente na elaboração dos livros didáticos utilizados nessa etapa da educação básica, esta pesquisa se propõe a verificar a percepção dos docentes da ECI Joana Emília da Silva, localizada em Fagundes-PB em relação ao novo livro didático PNLD 2021, planejado para atender ao novo modelo de ensino médio resultante das reformas educacionais estabelecidas voltando-se um olhar mais atento à disciplina de Geografia. O estudo se insere no âmbito das pesquisas em educação e possui natureza qualitativa. Como procedimentos metodológicos foram utilizados a pesquisa bibliográfica, a análise documental e entrevistas por meio da aplicação de questionários do tipo semiestruturados a docentes da área de Ciências Humanas e Aplicadas que exercem suas atividades no 1º ano do ensino médio. Os resultados obtidos apontaram para uma preocupação com o livro por parte da maioria dos docentes da escola que foram entrevistados. À primeira vista perceberam inúmeros problemas desde a desvalorização de componentes em detrimento de outros até mesmo simplificações conteudistas, fatores que, dentre outros podem dificultar o trabalho pedagógico.

**Palavras-chave:** Livro didático. Ensino de Geografia. Novo ensino médio.

## **ABSTRACT**

The year 2017 marks a series of changes in terms of the structuring of the curricula that guide basic education in Brazil, signaling new perspectives and perspectives for the training of young people, for teaching, for the production of teaching materials and for the space occupied by Geography among the school subjects. In view of the changes directed to high school and determined by Law No. 13,415 of February 16, 2017, which refers to the reform of high school education, and considering that such changes have a direct impact on the preparation of textbooks used in this stage of basic education, this This research aims to verify the perception of teachers at ECI Joana Emília da Silva, located in Fagundes-PB, in relation to the new textbook PNLD 2021, designed to meet the new model of secondary education resulting from the educational reforms established, turning a closer look attentive to the discipline of Geography. The study falls within the scope of research in education and has a qualitative nature. As methodological procedures, bibliographic research, document analysis and interviews were used through the application of semi-structured questionnaires to teachers in the area of Humanities and Applied Sciences who carry out their activities in the 1st year of high school. The results obtained pointed to a concern with the book on the part of most of the school teachers who were interviewed. At first glance, they noticed numerous problems from the devaluation of components to the detriment of others to even content simplifications, factors that, among others, can make pedagogical work difficult.

**Keywords:** Textbook. Teaching geography. New high school.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>6</b>
<b>2. O LIVRO DIDÁTICO NA HISTÓRIA DO ENSINO DE GEOGRAFIA</b> .....	<b>8</b>
2.1. Ensino de Geografia escolar no Brasil e a introdução do livro didático .....	8
2.2. O papel do livro didático de Geografia enquanto recurso didático .....	12
<b>3. O NOVO ENSINO MÉDIO E OS LIVROS DIDÁTICOS</b> .....	<b>15</b>
3.1. O Novo Ensino Médio e a lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 .....	15
3.2. O Programa Nacional do Livro Didático e a BNCC .....	19
<b>4. METODOLOGIA</b> .....	<b>22</b>
4.1. Localização da ECI Joana Emília da Silva .....	22
4.2. Caracterização da Pesquisa .....	22
<b>5. RESULTADOS E DISCUSSÕES</b> .....	<b>25</b>
5.1. Apresentação do PNLD 2021 objeto2- áreas de Ciências Humanas e Sociais aplicadas).....	25
5.2. Percepção dos docentes .....	30
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>34</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>35</b>
<b>APÊNDICE I</b> .....	<b>38</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Com a origem ligada à cultura escolar o livro didático surge, inicialmente, como apenas manuscritos ou anotações de estudantes europeus nas academias, e por isso a quantidade desses materiais didáticos era limitada contando com poucas unidades. Posteriormente, com a invenção da imprensa esse problema de escassez foi amenizado, pois eram feitas inúmeras cópias de um mesmo material. (GATTI, 2004 apud PASSOS, NASCIMENTO e REIS, 2011).

No tocante ao termo livro didático, este possui sua etimologia formada pela união de duas palavras uma do latim e outra grega. Do Latim *liber* significa “livro, papel, pergaminho”, do grego *DIDAKTIKOS*, que indica “apto para ensinar” sendo derivada de *DIDASKEIN*, “ensinar”.

Os livros didáticos possuem grande importância no contexto escolar, tanto para os docentes quanto para os educandos, servindo como um relevante recurso na prática docente, bem como auxiliam no estudo e aprendizado do discente. Para Silva (2018) o livro didático é, além disso, considerado como uma manifestação curricular dentro das escolas, tendendo a nortear o processo de ensino-aprendizagem, como também tendo o poder de influenciar nos conteúdos a serem ensinados e nas práticas docentes em sala de aula.

Todavia, este objeto educacional também possui função ideológica intrínseca nos conteúdos didáticos, cabendo aos docentes o papel de refletir criticamente sobre essas questões com seus educandos, “para que não sirva de veículo de conteúdo, métodos e modos de pensar que estejam em defasagem com a perspectiva que desejamos adotar” (LUCKESI, 1994, p. 145).

Desse modo, este trabalho trata-se de um estudo relevante e atual que expõe os desdobramentos do novo PNL D no âmbito da educação escolar pública a partir da percepção dos docentes da ECI Joana Emília da Silva, localizada em Fagundes-PB em relação ao novo livro didático PNL D 2021, especialmente a coleção didática da Moderna Plus. A qual foi desenvolvida para atender ao novo modelo de ensino médio resultante de reformas educacionais estabelecidas pela lei nº 13.415/2017, voltando um olhar mais atento à disciplina de Geografia.

Cabe ressaltar que o novo ensino médio trouxe várias mudanças para educação básica que são melhor detalhadas na Lei 13.415/2017 e na nova BNCC, dentre estas podemos citar o ensino em tempo integral, mudanças curriculares, tais como a não obrigatoriedade de disciplinas, assim como a diminuição da carga horária e a diluição das disciplinas em áreas de conhecimento, e conseqüentemente a reformulação do livro didático. Tais alterações tendem, dentre outras coisas, a desfavorecer o processo formativo do educando e favorecer demandas econômicas que são interessantes as classes dominantes.



A problemática posta se apresenta como de grande relevância para o contexto educacional, e para a Geografia enquanto disciplina escolar, uma vez que possibilita a partir desse novo livro didático compreender melhor esse novo cenário e suas repercussões para educação básica, sobretudo para os docentes que atuaram a partir de 2022 com esse material completamente modificado. Fato que faz deste trabalho uma contribuição para as pesquisas relacionadas ao tema, assim como instrumento de reflexão acerca dos direcionamentos dados à educação.

O trabalho está organizado em etapas. A primeira se destina ao arcabouço teórico construído a partir de autores que pesquisam vários aspectos do livro didático. Dessa maneira, buscamos respaldo em nomes como Schaffer (1988), Rocha (2000) Silva (2012) Pontuska, Paganelli e Cacete (2007) Bittencourt (2020) Luckesi (1994), entre outros. No que tange à pesquisa documental o trabalho encontra-se apoiado na análise da Lei Nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 que institui o Novo Ensino Médio, e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Em seguida nos atemos a apresentar o percurso metodológico adotado para a realização do estudo que possui natureza qualitativa e, além disso, buscou-se também o auxílio do método bibliográfico e documental já que contamos com o apoio de autores, leis e documentos oficiais para o desenvolvimento do trabalho.

O espaço da pesquisa foi a Escola Cidadã Integral Joana Emília da Silva, localizada em Fagundes- PB, uma instituição pertencente a rede estadual de ensino da Paraíba, e o público participante constitui-se dos docentes responsáveis pela área de ciências humanas e aplicadas no 1º ano do novo ensino médio. Como instrumentos de coleta de dados, foram utilizados questionários semiestruturados desenvolvidos por meio da plataforma Google Forms para a realização de entrevistas.

E, ao final, na última etapa, temos então uma apresentação do novo material didático referente ao 1 ano do novo ensino médio destinado a área de ciências humanas e sociais aplicadas. E, além disso a percepção dos docentes dessa instituição de ensino, que será essencial para uma maior elucidação sobre esse objeto bastante atual e de forte impacto na educação.

Através deste estudo foi possível verificar que o livro não foi bem recebido pela maioria dos docentes da escola em que o levantamento foi realizado, devido a fatores como a desvalorização de componentes em detrimento de outros, simplificações conteudistas, dentre outros que serão discutidos ao longo deste trabalho.

## **2. O LIVRO DIDÁTICO NA HISTÓRIA DO ENSINO DE GEOGRAFIA**

### **2.1. Ensino de Geografia escolar no Brasil e a introdução do livro didático**

Originária da Grécia antiga e derivada da filosofia, a Geografia pode ser compreendida, segundo Andrade (2008, p. 14) como “a ciência que estuda as relações entre a sociedade e a natureza, ou melhor, a forma como a sociedade organiza o espaço terrestre, visando melhorar e dispor dos recursos da natureza”. Todavia, até adquirir caráter de ciência foi uma longa jornada que só se concluiu “a partir do século XIX, graças aos trabalhos dos geógrafos alemães Alexandre Von Humboldt e Karl Ritter” (ANDRADE, 2008, p. 14), que sistematizaram os conhecimentos geográficos.

Com a origem ligada à cultura escolar, o livro didático surge, inicialmente, como apenas manuscritos ou anotações de estudantes europeus nas academias, e, por isso, a quantidade desses materiais didáticos era limitada, contando com poucas unidades. (GATTI, 2004 apud PASSOS, NASCIMENTO e REIS, 2011). Com o passar do tempo, a ausência de livros em quantidade vai passar por significativa melhora, a partir do processo de sistematização das ciências (SCHAFFER, 1988).

Por sua vez, a Geografia começa a ser ensinada concomitante a outros conhecimentos aqui no Brasil no período colonial, logo após a chegada dos jesuítas em 1549, fato que prenuncia os primeiros docentes nesta área do saber. Os jesuítas estabeleceram, durante sua permanência, muitas escolas com objetivo de educar os povos nativos e os portugueses e, conforme apontam Ribeiro.L e Ribeiro.W (2020), no que concerne a materiais de apoio escolar, os conhecimentos geográficos chegavam aos colégios a partir de obras de cronistas e viajantes, e tinham forma esparsa e integrada aos estudos de literatura.

É preciso salientar que a Geografia inicialmente não tinha muito espaço se comparado as outras disciplinas que eram consideradas essenciais, como, por exemplo, as ligadas à leitura e à escrita. Tal situação se perpetuou por um longo período na história da educação Brasileira, uma vez que a Geografia ainda não era, de fato, uma disciplina escolar, pois “[...] os conhecimentos geográficos ensinados nos estabelecimentos educacionais existentes no Brasil não estavam organizados, ao ponto de constituírem uma disciplina escolar específica” (ROCHA 2000, p. 129). Dessa forma, acerca desse período da Geografia escolar, Rocha (2000, p. 131) analisa que:

Durante os mais de duzentos anos de monopólio da educação jesuítica no Brasil a Geografia não esteve nas escolas enquanto disciplina escolar. Não existiram também cursos de formação de professores para atuar com o ensinamento dos saberes. Os conhecimentos geográficos, por serem de grande interesse do Estado, eram bem pouco vulgarizados nas salas de aulas.

Nesse sentido, ao pensarmos na história da Geografia como disciplina percebemos que esta passou então a ter um pouco mais de visibilidade após a sua introdução no currículo escolar do Colégio Pedro II criado em 1837. E foi nesse contexto histórico que é possível verificar a maior presença do livro didático, como afirma Silva (2012, p. 808)

No caso Brasileiro, a utilização mais sistemática do livro didático no ensino remonta ao período imperial. Sobre a inspiração do liberalismo francês, o Colégio Pedro II foi criado no Rio de Janeiro na década de 30 do século XIX. A escola servia apenas às classes economicamente privilegiadas [...]. Manuais didáticos em francês ou traduzidos para o português eram importados. No Brasil, a imprensa, instalada por D. João VI por ocasião da transferência da Corte Portuguesa em 1808, ainda não oferecia boas condições para a produção e publicação de textos didáticos no século XIX.

Posteriormente, os livros passaram a ser produzidos por outras editoras aqui no país. Conforme Bittencourt (2020), a partir da segunda metade do século XIX foram realizadas, pelo governo de D. Pedro II, reformas nos currículos das escolas secundárias e também das “primeiras letras” ou “ensino popular”. Novas disciplinas necessitavam de livros específicos, como o caso da história do Brasil e de corologia do Brasil (Geografia), por exemplo. Destes, alguns que ficaram bastante conhecidos foram o compêndio de história do Brasil (1843), de Abreu de Lima, e as lições de história do Brasil (1861), de Joaquim Manuel de Macedo.

Nessa época, a Geografia ainda não tinha sido institucionalizada no Brasil em âmbito acadêmico, fato esse que explica a sua ausência dos espaços de ensino superior e, por conseguinte, a ausência de cursos de formação de profissionais nessa área do conhecimento. Em virtude disso, durante o período imperial a Geografia era ensinada por pessoas pertencentes a outras áreas profissionais como “advogados, sacerdotes ou eram autodidatas” (ROCHA, 2000, p. 131) o que gerava uma certa superficialidade do conteúdo ensinado. Esse fato somado a uma didática ineficiente que se baseava apenas em memorização, repetição e descrição, fez com que a Geografia sofresse perdas com relação a sua complexidade, ao limitar o conhecimento geográfico a simples significados ou conceitos.

Nessa perspectiva, ainda não existia a preocupação com a relação do conteúdo estudado com a realidade vivenciada pelo aluno, já que este era tido apenas como um receptáculo, não como um indivíduo que pudesse contribuir no processo de construção de conhecimento. Havia apenas uma relação seca e reprodutiva entre o professor, material didático e o aluno.

No início do século XX, Delgado de Carvalho entra no Colégio Pedro II e acaba por ministrar a disciplina de Geografia, organizando-a no currículo desta instituição. Durante a sua docência, percebeu que a Geografia clássica, marcada pela mecanização dos conteúdos, ainda vigorava na escola, além de possuir um caráter caracterizado pelo patriotismo. Dessa forma, o professor Delgado fazia críticas severas a esses métodos mais tradicionais, que não refletiam o que estava sendo passado pelo professor e assimilado pelo aluno.

Nessa seara, consoante as palavras de Rocha (2000), a institucionalização da Geografia acadêmica no Brasil ocorreu apenas no início do século XX, mais precisamente na década de 1930, por meio do decreto Nº 19.851. Por meio desse decreto foi criada a faculdade de educação, ciências e letras, espaço acadêmico que passou a abrigar entre outros cursos, o de Geografia. Nesse sentido, o autor acrescenta que os recém-licenciados tornaram-se extraordinariamente fator de mudança cultural em todos os lugares onde apareceram. Pela primeira vez, surgiram professores que haviam tido uma formação que os qualificavam para o exercício do ensino de Geografia.

A década de 1930 também foi marcada pelo governo de Getúlio Vargas, que propiciou a criação dos primeiros órgãos relacionados ao livro didático no Brasil, sendo eles o Instituto Nacional do Livro Didático (INL) em 1937 e a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD) em 1938, para examinar e julgar os livros didáticos, indicar obras para tradução e etc. Dessa forma, o Estado passou a exercer controle da produção e circulação do livro didático (SCHAFFER, 1988).

E assim, ao longo dos anos e governos, foram criados inúmeros órgãos relativos ao livro didático que iam sendo substituídos por outros até chegar aos principais programas de distribuição, o Programa Nacional do Livro Didático- PNLD, criado em 1985 e o programa nacional do livro didático do ensino médio- PNLEM, criado em 2004. Neste processo, os livros didáticos de Geografia e o próprio ensino também passaram por algumas mudanças.

No que diz respeito ao ensino de Geografia, é possível perceber que ele sofreu grande impacto, principalmente no tocante à censura do regime militar na década de 1970, por meio da lei de diretrizes e bases de Nº 5692 de 1971, que transformou a configuração da escola, dos professores e dos alunos. A partir desta lei foram redefinidas disciplinas tradicionais tais como a Geografia, que se reduziram apenas a áreas de ensino. Os livros didáticos, nesse sentido, foram para as escolas com conhecimentos geográficos pobres em conteúdo, desvinculados da realidade Brasileira, e, não obstante, descaracterizados pela proposta dos estudos sociais. (PONTUSCHA, PAGANELLI e CACETE, 2007, BITENCURT, 2020).

A Geografia luta e ressurgiu, posteriormente, com a introdução da chamada Geografia crítica, que propunha um novo modo de pensar e “elaborar conceitos geográficos” (SANTOS E FERNANDES, 2018, p. 06). No entanto, essa nova Geografia não teve o resultado esperado no campo escolar, pois segundo Santos e Fernandes (2018, p. 06)

A Geografia crítica foi inserida paulatinamente nas escolas, porém muito fundamentada em ideais ideológicos, onde a prática dos docentes e os livros didáticos possuíam reflexo da Geografia tradicional, onde as realidades nas escolas não tiveram mudanças significativas. A Geografia crítica foi inserida nas escolas de forma verticalizada, sem ser aprofundada teoricamente pelos professores que estavam no ambiente escolar.

É notável, pois, a enorme dificuldade da prática do ensino de Geografia de se desvincular de uma abordagem mais clássica, e uma das razões ainda é a forte cultura tradicional que perpetuou por um longo período, desde a educação jesuítica. Apesar dessa dificuldade no ensino de Geografia nas escolas, podemos ver que de acordo com Azambuja (2015 p. 15) a partir desse movimento da Geografia crítica algumas mudanças qualitativas ocorreram no que se refere aos materiais didáticos pois

Alguns autores, como José Wiliam Vesentini, Melhen Adas, Diamantino Pereira, Douglas Santos e Marcos Carvalho, empenharam-se na produção de manuais didáticos que incluíssem as novas concepções e temáticas da Geografia voltada para a ruptura com o caráter descritivo e informativo deste conteúdo escolar. O resultado é um texto didático, com mais informações e qualidade de análise, em relação à produção didática do período anterior, um texto mais problematizador e identificado com as dimensões socioespaciais da realidade Brasileira e mundial. Conceitos tais como desenvolvimento e subdesenvolvimento, em vias de desenvolvimento, subdesenvolvido e industrializado passam a integrar os materiais didáticos.

Dessa forma, vemos que o livro didático durante a história do ensino de Geografia no Brasil sofreu várias reformulações como, por exemplo, algumas relacionadas a qualidade com a inserção e discussão de novos temas relacionados a realidade Brasileira, outras na sua estética com a introdução de ilustrações e a ampliação do seu tamanho para facilitar a leitura dos textos. E ainda, com relação a sua quantidade já que se tornou acessível a todos os alunos de baixo poder aquisitivo através de políticas públicas educacionais de distribuição de livros didáticos. Nesse sentido, o livro didático foi virando peça essencial na educação contribuindo de forma a favorecer o trabalho didático pedagógico do professor e a aprendizagem do educando.

## 2.2. O papel do livro didático Geografia enquanto recurso didático

O livro didático está ligado a educação até mesmo na sua etimologia, pois o termo é a junção de duas palavras uma do latim e outra grega, do Latim *liber*, “livro, papel, pergaminho” e do grego *DIDAKTIKOS*, “apto para ensinar”, derivada de *DIDASKEIN*, “ensinar”.

No Brasil, percebeu-se um aumento da importância do livro didático, no decorrer dos anos de 1980 e início da década de 1990, no processo de redemocratização e reformulações curriculares; os livros foram se transformando em material pedagógico essencial para o ensino. A formação mais simplificada dos professores e a ampliação constante do número de alunos em turnos variados de aulas, entre outros problemas, tornaram o livro um recurso fundamental para o ensino (BITTENCOURT, 2020).

Todavia, mesmo com suas imperfeições mencionadas por estudiosos da área de educação, muitos destes autores reconhecem a sua importância no ensino nas escolas como um indispensável recurso no processo de ensino aprendizagem. Apesar de não ser o único recurso didático que pode ser utilizado, tendo em vista a imensa quantidade de auxiliares da prática docente, há uma grande aceitação na comunidade acadêmica de que o livro didático é a principal ferramenta a qual educadores e educandos têm acesso. Conforme Luckesi (1994, p. 144)

O livro didático, de forma alguma, deve ser instrumento descartável no processo de ensino. Ele é um instrumento importante, desde que tem a possibilidade de registrar e manter registrada, com fidelidade e permanência, a mensagem. O que está escrito permanece escrito; não é tão perecível quanto a memória viva. Através do livro, o educando terá a possibilidade de se reportar, quantas vezes quiser, ou necessitar, ao conteúdo ensinado na sala de aula.

A importância do material didático também é sentida quando notamos que este é um direito assegurado por lei, de acordo com a Constituição de 1988, a qual determina o atendimento ao educando em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (BRASIL, 1988)

De acordo com Chopin (2004), o livro didático pode assumir diferentes funções, como a função referencial, instrumental, ideológica e cultural e, por fim, a documental. Podendo os livros escolares assumir, conjuntamente ou não, múltiplas funções, as quais podem variar consideravelmente segundo o ambiente sociocultural.

Ainda nesse âmbito de reflexões, Rodrigues e Cunha (2020) enxergam o livro didático como de extrema importância, pois de acordo com estes autores ele é uma ferramenta essencial na relação professor-aluno, na medida em que oferece um rol de informações, ilustrações, textos

e atividades, que são utilizados durante as aulas, instrumentalizando o processo de ensino aprendizagem.

O livro didático tornou-se, no decorrer do tempo, o mais vendido e utilizado em sala de aula no Brasil. Todos os anos, milhões de exemplares são distribuídos em todas as escolas, de acordo com os dados disponíveis no portal do FNDE, referentes ao PNLD de 2018; no que concerne ao ensino médio, foram cerca de 89.381.588 exemplares e no PNLD de 2017 referente ao nível fundamental foram um total de 118.740.638 exemplares. Como podemos observar no quadro 1 :

**Quadro 1- PNLD 2017 e 2018 referente ao ensino médio e fundamental**

Ano PNLD	Etapa de ensino	Escolas beneficiadas	Alunos beneficiados	Total de exemplares	Valor de aquisição
2018	Ensino médio	19.921	7.085.669	89.381.588	879.770.303,13
2017	Ensino fundamental	111.668	22.586.500	118.740.638	958.738.216,28

Fonte: Portal FNDE adaptado pela autora.

Neste sentido, levando em consideração a precarização de muitos estabelecimentos de ensino no país, cabe ressaltar a importância que esse material tem para lugares onde ele se configura como um dos únicos materiais de apoio para o professor e para o aluno.

A longa trajetória dos livros didáticos tem mostrado transformações na forma e nos conteúdos, mas um aspecto sempre permanece: o seu uso depende do professor (BITTENCOURT, 2020). Este uso, por muitas vezes, não é muito adequado, especialmente quando o docente apenas reproduz o livro didático, não refletindo acerca deste e nem trabalhando de outras maneiras os conteúdos dispostos nesse recurso didático.

Para Luckesi (1994), os professores que utilizam o livro didático como um material exclusivamente auxiliar do seu processo de ensino, assumindo uma posição crítica frente aos conteúdos ali expostos, despertam nos seus alunos o senso crítico necessário para se ler qualquer coisa. O livro será o veículo de comunicação do autor, o auxiliar do professor no processo de ensino, e o auxiliar do aluno no processo de aprendizagem, configurando-se, assim, como uma peça importante no processo de comunicação do ensino escolar.

Nessa esteira, Oliveira e Melo (2014) encaram o livro didático de Geografia como algo indispensável, que pode acrescentar muito ao aluno conhecimento por meio da dinamização. Seja na forma como o conteúdo é passado, seja com a utilização de outros recursos com o objetivo de complementar e aprofundar o conteúdo, não deixando o ensino restrito apenas ao

livro didático. E estas autoras tiveram um resultado bastante satisfatório, uma vez que despertaram nos educandos maior interesse pela disciplina.

Demonstrando que quando esse instrumento é utilizado de uma maneira melhor de modo a aproveitá-lo no processo de um efetivo, crítico e dinâmico ensino, de acordo com Passos, Nascimento, Reis (2011, p. 7)

[...] Pode sim ser um ótimo instrumento didático para o professor, contanto que este saiba usufruí-la de maneira apropriada, destacando-se nesse ponto a importância da atuação do professor na transformação desse instrumento ideológico e fonte de lucro em um adequado instrumento de trabalho.

Ao investigar a percepção de professores e alunos para com o livro didático nas aulas de Geografia, Rodrigues e Cunha (2020), expõem que os professores entrevistados por eles percebem o livro como importante para a aprendizagem do aluno, pois é rico em informações; que trabalhadas de forma dinâmica pode aguçar a curiosidade, e com isso, gerar mais interesse pela disciplina. Na percepção dos alunos, este material didático por ser utilizado diariamente em sala de aula, é a base primordial da disciplina, isto é, quando o recuso didático se transforma em currículo, o que ressalta o papel político pedagógico do livro didático.

Ademais, cabe ressaltar também o papel essencial que este material desempenha no processo de planejamento de aula realizado pelo professor. Por esta razão, os professores buscam escolher os livros didáticos que melhor se adaptem a rotina docente, isto é, aqueles que estão melhor estruturados, com o conteúdo melhor fundamentado e linguagem acessível, além de bons exercícios. Um livro didático com essas características facilita muito o trabalho do professor.



### **3. O NOVO ENSINO MÉDIO E OS LIVROS DIDÁTICOS**

#### **3.1. O Novo Ensino Médio e a lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**

A educação é um direito de todo indivíduo e, assim como a saúde e a moradia, é assegurado por lei. Nesse sentido, a educação tem seu início no ensino básico, sendo ele constituído pelo infantil, fundamental e médio. Tais etapas são regidas por leis ligadas à educação e também documentos oficiais, que, a princípio, tem a função de guiar, por meio de diretrizes, objetivos e competências o ensino escolar.

O ensino médio, etapa final da educação básica, configura-se em uma das mais importantes, tendo se tornado objeto de grandes e efervescentes discussões no âmbito educacional, em decorrência das transformações as quais foi submetida.

A medida provisória nº 746, de 2016 ainda no governo Michel Temer, sinaliza o começo das mudanças para o ensino médio. Tal medida prosseguiu pela câmara e senado federal até que em 2017 atingisse o status de lei, mais especificamente a lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, todavia, sem que houvesse maiores e aprofundadas discussões.

De acordo com Frigoto (2016 a) o governo usou como justificativa que o ensino médio no Brasil é o principal desafio da educação brasileira, com um quadro de estagnação das matrículas, a existência de mais de um milhão de jovens de 15 a 17 anos fora da escola. Apresenta, ainda, um dado de pesquisa da Fundação Getúlio Vargas de que 40,3% desses jovens apresentam a falta de interesse no ensino médio como motivo. Resolve, assim, reformar o ensino médio por meio da Medida Provisória. Todavia, não mencionaram que se tratava, na verdade, de um fatiamento do ensino médio, com violenta redução de suas finalidades e da formação que deveria ser básica, unitária e comum a todos os estudantes.

Esta lei, que foi anexada ao documento para “oficializar” o que já havia sido decidido pela medida provisória, entre outras coisas, estabelece uma carga horária diferente da anterior, trazendo algumas novidades. As principais, sem dúvida, foram o fato de o educando poder escolher parte das disciplinas que deseja estudar, a mudança na carga horária de 2400 para 3000 horas, além de um olhar mais direcionado para o mercado de trabalho, havendo a possibilidade de o estudante investir seu tempo em uma formação técnica profissional.

Com isso, algumas disciplinas, não pertencentes ao itinerário escolhido passam a ser optativas dentro da grade escolar. Diante disso, o ensino passa a ser integral organizado pelos itinerários formativos elencados abaixo conforme o [Art. 36](#)

O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber:

- I - linguagens e suas tecnologias;
  - II - matemática e suas tecnologias;
  - III - ciências da natureza e suas tecnologias;
  - IV - ciências humanas e sociais aplicadas;
  - V - formação técnica e profissional.
- (BRASIL, 2017)

Em nenhum momento a lei menciona a disciplina de Geografia como obrigatória, nem mesmo seu próprio nome consta na Lei. Tendo como principais disciplinas de cunho obrigatório no ensino médio a matemática, português e o inglês. A proposta começou a ser implementada a partir do ano vigente (2022) de forma gradual, iniciando pelo 1º ano do novo ensino médio, devendo contemplar os três anos até 2024.

De acordo com a nova BNCC, a Geografia integrará o conhecimento das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, dividindo espaço com História, Sociologia e Filosofia, o que de certa forma, a prejudicará na questão da diminuição do espaço teórico. Fato que é contraditório e até irônico, dado que o principal conceito que permeia a Geografia é o espaço. Nesse sentido, Silva e et al (2021, p 218) afirmam que:

Se no currículo está implícita ou explícita a ideia de educação bem como a sua função, ao reduzir a carga horária de geografia- uma disciplina que tem por objetivo formar cidadãos críticos, transformadores a partir das reflexões e discussões sobre como se dá a relação sociedade-natureza no contexto de uma sociedade capitalista – qual mensagem o Estado quer transmitir com a alteração curricular proposta na BNCC? Que tipo de educação está buscando para a população jovem da escola pública?

Ainda que o principal argumento para tais mudanças seja a existência de um currículo extenso e pouco articulado a realidade dos estudantes, verifica-se uma intencionalidade clara: retirar essas disciplinas do currículo. Essa intenção pode ser explicada pelo caráter crítico e reflexivo da Geografia, uma vez que esta área do saber possibilita ao estudante uma formação crítica, contestadora acerca dos fenômenos a sua volta. Conforme aponta Frigotto (2016 a s/p):

Diante do argumento sobre o excesso de disciplinas no currículo o real motivo é que querem dele retirar – filosofia, sociologia e diminuir a carga de história, Geografia etc. Na verdade, um estudante que escolha o itinerário em ciências da natureza ou a formação técnico-profissional pode nunca mais em sua vida ter acesso a conhecimentos dessas áreas e ter sua leitura de mundo fortemente comprometida[...] Podendo transformar esses indivíduos em “analfabetos sociais”.

Sabemos que a Geografia tem muito a contribuir no ensino, sobretudo no tocante a criticidade, e este talvez seja um dos pontos que levou a Geografia a ser excluída como disciplina obrigatória. A Geografia enquanto disciplina desempenha um papel fundamental na preparação do pleno exercício da cidadania tão falada nessa conjuntura, ao preparar o aluno para viver em sociedade, ao fazê-lo se ver como um agente atuante e modificador do espaço.

A realidade do ensino integral, proporcionada pela implementação do novo ensino médio, abre caminhos para que o estudante possa escolher em qual área de conhecimento quer se aprofundar. Ao pensarmos a respeito da escolha da área que o educando poderá direcionar seus estudos, por meio do protagonismo juvenil trazido pela BNCC, é importante pensar que o indivíduo em questão é um adolescente que, devido a esta fase de sua vida, vivencia um período de muitos conflitos internos e está aprendendo a lidar com outras escolhas, que fazem parte do seu processo de formação pessoal.

Assim, considerando o momento de mudanças que permeiam essa etapa da formação dos jovens, as escolhas realizadas nesse momento da vida necessitam de suporte e orientação para que possam se efetivar sem causar tantos prejuízos futuros a estes jovens estudantes.

Outro ponto bastante mencionado é a preparação para o pleno exercício no mundo do trabalho por meio de uma formação profissional e tecnológica preunciada pela lei. A proposta do novo ensino médio, baseada nesse modelo de ensino mais flexível, já mencionado, propõe a mesma divisão que já encontramos no ENEM somado à formação profissional que o estudante poderá optar, caso não queira dedicar uma preparação mais aprofundada em uma das áreas do conhecimento. O problema que até então foi pouco debatido é a precarização da educação brasileira, isto é, existe um verdadeiro abismo quando analisamos a qualidade da educação oferecida pela maioria dos estabelecimentos de ensino.

Nesse sentido, haverá instituições, sobretudo as particulares e algumas estaduais de algumas cidades pelo país cujo investimento em educação é considerável, além dos conhecidos institutos federais melhor estruturados, que vão oferecer todos os itinerários citados, pois dispõe dos recursos necessários para implantação, mas também haverá escolas sucateadas que mal possuem recursos básicos como a própria alimentação dos alunos. O projeto de reformulação do ensino médio desconsidera, por assim dizer, as disparidades existentes na educação nacional, bem como o nível gritante de desigualdade social que o país ainda tenta superar sem êxito.

O projeto de reformulação do ensino médio desconsidera, por assim dizer, as disparidades existentes na educação nacional, bem como o nível gritante de desigualdade social que o país ainda tenta superar, sem êxito.

Nesse contexto, as escolas que não conseguirem oferecer as áreas do conhecimento por ausência de recursos mínimos estruturais e financeiros para se organizar, ou terão apenas um ou dois itinerários ou terminarão por disponibilizar apenas a formação profissional técnica, muitas vezes precária. A educação profissional é uma grande oportunidade para que o estudante conclua a última etapa da educação básica com um direcionamento profissional prático, que poderá deixá-lo bem mais próximo do mercado de trabalho.

Todavia, se esse mesmo estudante pudesse ter estudado em uma escola mais estruturada talvez não tivesse escolhido a educação técnico profissional, mas sim outro itinerário formativo que o conduziria ao ensino superior. Pensando criticamente sobre esse contexto, as escolas privadas e algumas escolas públicas estarão plenamente organizadas e serão capazes de atender a todos os requisitos exigidos, proporcionando aos seus alunos à escolha que estes poderão fazer sem que sejam direcionados a isso. Diferentemente da maioria das instituições de ensino espalhadas por todo país que, sequer, possuem um laboratório de informática, quiçá outros recursos.

Trata-se de uma reforma que retrocede ao obscurantismo de autores como Destutt de Tracy que defendia, ao final do século XIX, ser da própria natureza e, portanto, independente da vontade dos homens, a existência de uma escola rica em conhecimento, cultura, etc., para os que tinham tempo de estudar e se destinavam a dirigir no futuro e outra escola rápida, pragmática, para os que não tinham muito tempo para ficar na escola e se destinavam (por natureza) ao duro ofício do trabalho (FRIGOTTO, 2016 b).

A tentativa de sucatear a educação brasileira torna-se ainda mais evidente, constituindo um cenário em que frases como “a educação é a mola do sucesso para subir na vida” deixem de fazer sentido nesse novo contexto. E conseqüentemente, a promessa do governo, anunciada em propagandas oficiais em televisão aberta, como, por exemplo, “A qualidade da educação vai dar um salto”, não vai se concretizar, pois, trata-se de “uma reforma que legaliza o apartheid social na educação no Brasil” (FRIGOTTO, 2016b) e na qual o ingresso em universidades públicas por alunos oriundos dessa nova realidade vai se tornar cada dia mais difícil.

A possibilidade de uma outra pessoa não formada em uma área específica poder ministrar aulas de várias disciplinas, isto é, “o notório saber”, ainda agrava mais a situação que já era complicada no ensino, é só retornar por exemplo na história do ensino de Geografia quando não era ministrada por profissionais formados. Esse fato, somado a outros problemas, já mencionados pode trazer ainda mais prejuízos para a educação.

### 3.2. O Programa Nacional do Livro Didático e a BNCC

Os livros didáticos sofrem influência do governo, desde que foram criados aqui no Brasil, principalmente por meio de programas de avaliação didática, que estabeleciam o que podia ser o que poderia ou não ser incluído nesses materiais.

O Programa Nacional do Livro Didático- PNLD, é responsável por avaliar e distribuir os materiais didáticos no país e, dessa maneira, estabelece um edital, que todas as editoras têm que seguir, baseado muitas vezes no currículo, dessa vez na Base Comum Curricular- BNCC, que pode ser designada de acordo com esse mesmo documento (2018) como

[...] um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996)<sup>1</sup>, e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN).

Nesse sentido, os livros didáticos também sofrem influência de cada alteração oficial, pois fazem parte do processo de ensino que tende a sofrer transformações, de modo a acompanhar os distintos recortes temporais. A BNCC, costuma sempre estar se renovando e a cada atualização traz com ela mudanças importantes, como já acompanhamos. Assim sendo, as editoras elaboram seus livros de acordo com os requisitos desse edital.

Com a inserção na BNCC da proposta voltada ao ensino médio em 2018, os livros didáticos tiveram que mudar também o seu formato, não apenas isso, como também se multiplicaram em virtude do novo modelo de ensino. Apresentando além das obras didáticas, também nessa nova conjuntura livros literários, de formação continuada, projetos integradores e projeto de vida, como podemos acompanhar abaixo.

**Figura 1- Objetos educacionais do PNLD 2021**



Fonte: FNDE, PNLD 2021 adaptado pela autora

O processo de escolha dos livros nas instituições escolares geralmente acontece por meio de guias disponibilizados pelas editoras nas plataformas digitais, no qual os professores de cada escola e de cada disciplina se reúnem e optam por uma primeira e uma segunda opção para os três anos letivos. Todavia, com essas mudanças, todos os professores de uma área de conhecimento devem opinar no processo de escolha sobre um mesmo livro, a exemplo do material destinado as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Nesse sentido, ao fazer a escolha do novo livro didático, os professores do ensino médio recentemente se depararam com várias obras didáticas de diferentes editoras, entretanto com o mesmo formato conglomerado em áreas de conhecimento. Dessa forma, a Geografia, nesse caso, faria parte do bloco de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas dividindo um mesmo livro didático com filosofia, sociologia e história. Acerca dos livros didáticos no ensino médio, Copatti (2021,p. 23) analisa:

No que tange especificamente aos materiais didáticos de ensino médio, vem ocorrendo mudanças significativas, uma vez que a BNCC passa a considerar a definição de habilidades e competências e a implementação dos itinerários formativos, centrando-se de modo mais direcionado ao mundo do trabalho, aos projetos de vida e aos projetos integradores por grandes áreas do conhecimento, não existindo mais, a partir das novas definições presentes no edital do PNLD 2021, obras específicas para cada disciplina.

Fica notória a ideia de que os professores terão um enorme desafio para conseguir ministrar suas aulas nessa nova conjuntura, com a implementação do novo ensino médio, no qual uma das suas principais ferramentas de apoio escolar se encontra completamente modificada.

Libâneo ao falar de meios de ensino, que são todos os recursos materiais utilizados pelo docente e pelos educandos para o processo de organização e condução metódica do processo de ensino e aprendizagem, reflete que “Cada disciplina exige também seu material específico,

como ilustrações e gravuras, filmes, mapas e globo terrestre, [...] manuais e livros didáticos” (LIBÂNEO 1998, p. 173).

Embora haja essa necessidade de materiais próprios de cada disciplina, a ideia de uma interdisciplinaridade obrigatória proposta nesse novo modelo faz com os materiais tenham que compartilhar seu espaço com outras disciplinas. Acerca dessa interdisciplinaridade Carlos (S/ano p. 3 ) menciona:

[...] A interdisciplinaridade não deveria ser considerada como uma meta obsessivamente perseguida no meio educacional simplesmente por força da lei, como tem acontecido em alguns casos. Pelo contrário, ela pressupõe uma organização, uma articulação voluntária e coordenada das ações disciplinares orientadas por um interesse comum. Nesse ponto de vista, a interdisciplinaridade só vale a pena se for uma maneira eficaz de se atingir metas educacionais previamente estabelecidas e compartilhadas pelos membros da unidade escolar. Caso contrário, ela seria um empreendimento trabalhoso demais para atingir objetivos que poderiam ser alcançados de forma mais simples.

Esse novo contexto educacional exige uma nova postura do docente nas aulas, no qual o livro didático não consegue ser mais a base, mas sim agora um complemento, apenas. Todavia, Copatti (2021, p. 24) reflete que mesmo com materiais de apoio, outras variáveis também têm que ser levadas em consideração, pois:

Não são suficientes materiais orientadores, mas o acesso a uma formação que envolva investimentos específicos, com acesso a cursos de formação continuada, condições de trabalho, valorização salarial, dentre outros.

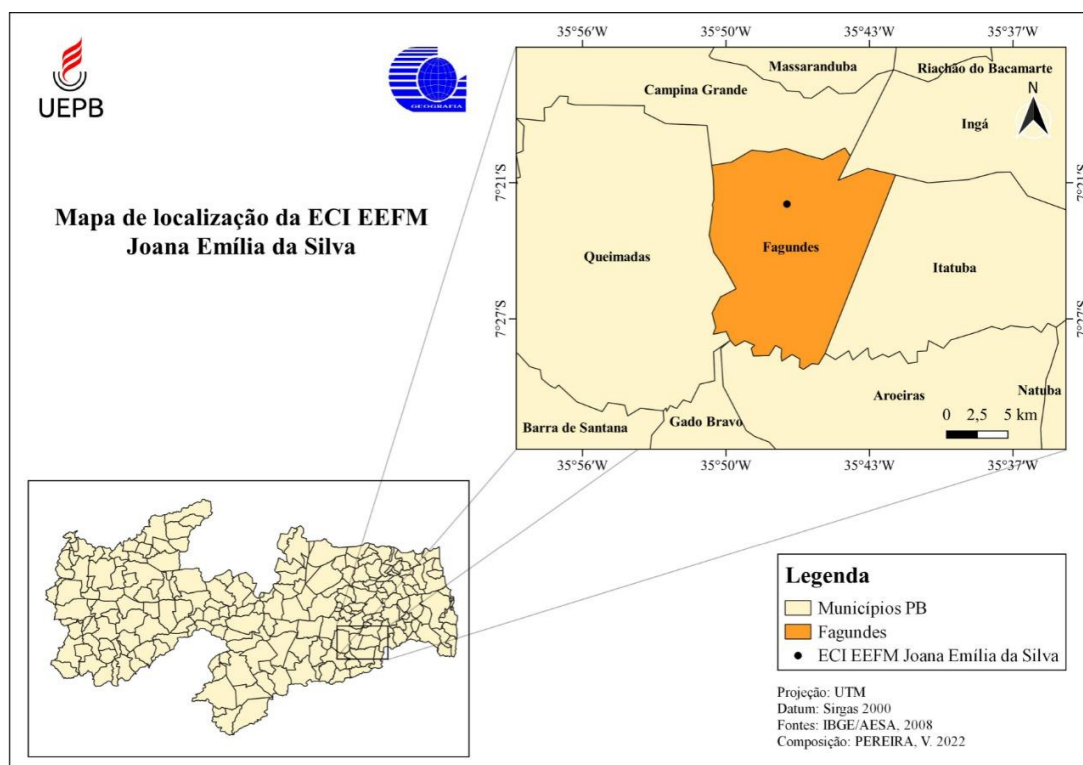
Desse modo, buscaremos no decorrer do trabalho discorrer um pouco mais sobre esse novo livro didático, especificamente o destinado ao 1 ano do ensino médio que está em utilização no momento pelas escolas, como a ECI Joana Emilia da Silva. Para tanto, de maneira a agregar ao trabalho trouxemos a percepção docente sobre esse material, possibilitando um maior esclarecimento da realidade vivenciada pelos docentes, sobretudo aos pertencentes a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

## 4. METODOLOGIA

### 4.1 Localização da ECI Estadual Joana Emília da Silva

A ECI EEFM Joana Emília da Silva é uma escola pertencente a rede estadual de ensino da Paraíba que foi fundada em 1981 e atualmente oferece o ensino regular integral e o EJA para alunos da zona urbana e rural do município de Fagundes. Esta instituição se encontra localizada na Rua Irineu Bezerra, s/n Centro 58487-000 na cidade de Fagundes-PB. Como podemos observar no mapa abaixo:

**Figura 1: Localização da área de estudo**



Fonte: IBGE/AESA, 2008

### 4.2 Caracterização da Pesquisa

No que tange a abordagem, a optamos por seguir um viés qualitativo característico das pesquisas em educação, visto que a utilização desta abordagem de acordo com o pensamento de Prodanov e Freitas se justifica pela (2013, p. 70)



Pesquisa qualitativa: considerar que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Esta não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. Tal pesquisa é descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem.

Além disso, a pesquisa também se configura como uma pesquisa bibliográfica, pois a “se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto” (GIL, 2008, p. 51) E, nesse sentido o trabalho foi desenvolvido primeiramente com a pesquisa por autores que abordavam o assunto do livro didático. Dessa maneira, buscamos respaldo em nomes como, Schaffer (1988), Rocha (2000) Silva (2012) Pontuscha, Paganelli e Cacete (2007) Bittencourt (2020) Luckesi (1994), e dentre outros.

A busca documental também se constituiu como de grande importância, uma vez que tivemos que ter contato no desenvolvimento do trabalho, com leis e documentos oficiais, que estão ligadas a reformulação do livro didático, tais como leis Nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 e documentos oficiais tais como a BNCC, PNLD, LDB relevantes para a temática em questão. Para Gil (2008), a pesquisa documental se configura quando faz uso além de leis de documentos oficiais, reportagens de jornal, livros, cartas, contratos, diários filmes, fotografias, gravações e entre outros.

Dessa maneira, buscou-se verificar a percepção inicial dos docentes da ECI Joana Emília da Silva- Fagundes-PB para com o novo material didático. Neste caso, foram entrevistados quatro docentes, sendo um de cada disciplina, que neste ano estão responsáveis pela área de ciências humanas e aplicadas no 1º ano do novo ensino médio. De acordo com Gil (2008 p. 109)

Pode-se definir entrevista como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação.

Para tanto, foram utilizados como instrumentos de coleta de dados além das entrevistas, questionários semiestruturados, criados por meio do Google Forms e

compartilhados via whatsapp durante o mês de março para os docentes da área.

Desse modo, o material didático alvo das entrevistas foi o desenvolvido pela Editora Moderna para esse novo modelo de ensino e foi o escolhido pela rede estadual da Paraíba para a utilização em 2022 nas escolas, tais como a ECI Joana Emilia da Silva. E, tem por nome Moderna Plus Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, sendo dividido em dois módulos: Natureza em transformação e Globalização, emancipação e cidadania. Como podemos observar nas figuras abaixo:

**Figura 3 - Material didático referente ao 1 ano do ensino médio**



Fonte: Moderna

Além disso, cabe ressaltar que esse material foi desenvolvido por 12 autores das disciplinas que compõem a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, a saber Geografia, Filosofia, História e Sociologia. Foi também produzido em 2020 e recebido pelas escolas apenas em 2022 para o início do ano letivo em virtude de questões orçamentarias do MEC.

## 5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 5.1. Apresentação do PNLD 2021 objeto2- Áreas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas)

O livro didático diferentemente do anterior (PNLD 2018), no qual cada disciplina tinha seu próprio livro, foi reformulado para atender as novas exigências da BNCC. Os docentes da ECI Estadual Joana Emília da Silva optaram no processo de escolha por duas coleções de livros, das editoras Moderna e Saraiva. Sendo a Moderna a editora escolhida pela rede estadual.

Ao consideramos os dados do último PNLD 2018, vemos que a Moderna é uma das maiores editoras do país, e, em conjunto com outras importantes editoras, foram responsáveis por cerca de 75% de toda a tiragem de livros voltados para o ensino médio naquele ano.

**Gráfico 01- Tiragem de livros didáticos do ensino médio por editora.**



Fonte: FNDE, 2018.

Ao todo, no que se refere apenas as obras didáticas destinados ao ensino médio são um total de 6 módulos, cada um módulo busca tratar de uma temática, seguindo as orientações da BNCC que estabelece os eixos temáticos. O material didático foi igualmente dividido para o 1º, 2º e 3º ano do ensino médio integral. Nesse sentido, temos então que o 1º ano do ensino médio ficou com dois módulos para o ano letivo, como podemos acompanhar a distribuição didática nas figuras:

Módulos didáticos destinados ao 1º ano do ensino médio



Módulos didáticos destinados ao 2º ano do ensino médio



Módulos didáticos destinados ao 3º ano do ensino médio



Fonte: Moderna

Esse novo material didático foi desenvolvido por vários autores de diferentes áreas das Ciências Humanas. Entre estes foram identificados geógrafos como Lygia Terra, licenciada em Geografia, Regina Araújo, doutora em ciências na área de Geografia humana, e Raul Borges Guimarães, doutor em ciências, na área de Geografia humana.

Percebeu-se durante a procura por assuntos de cunho mais geográfico que os livros foram transformados em módulos com todos os conteúdos de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas contidos, sem nenhuma nomeação de disciplinas, diferentemente do que ocorria nos livros destinados ao EJA que, apesar de trazer muitas disciplinas em um só livro, ainda apresentavam uma delimitação disciplinar. Este fato indica que houve uma descaracterização das disciplinas para se adequar ao novo modelo, a título de exemplo a figura a seguir mostra um módulo referente ao 1º ano.

Figura 4- Sumário do modulo natureza em transformação ampliado com divisão docente dos conteúdos

Sumário	
Organização do livro	4
Introdução aos estudos	5
Início de conversa	8
<b>CAPÍTULO 1 Natureza e formação da humanidade</b>	10
O surgimento da espécie humana	10
Periodização da história humana	12
A formação de aldeias e as trocas comerciais	15
Os primeiros humanos americanos	16
Recursos naturais e tecnológicos no povoamento do continente americano	17
O povoamento inicial do espaço natural brasileiro	18
Infográfico: Caminhos indígenas	22
As primeiras cidades e o surgimento do Estado	24
Leitura analítica: Cidades e civilizações	27
Atividades	28
<b>CAPÍTULO 2 Os recursos naturais e as primeiras civilizações</b>	30
Civilizações Fluviais	30
Mesopotâmia, terra entre rios	31
As margens do Rio Nilo: o Egito	35
Civilizações agrícolas na Mesoamérica e nos Andes	39
O antigo mundo grego	40
Trabalho com fontes: A cidade ideal	50
Roma antiga e o <i>more nostrum</i>	51
Atividades	56
<b>CAPÍTULO 3 Perspectivas sobre a natureza</b>	58
O estudo da natureza na Grécia antiga	58
O estudo da natureza na Idade Média	64
O estudo da natureza na modernidade	65
O estudo da natureza na contemporaneidade	74
Leitura analítica: O planeta vivo e a potência de agir humana	79
Atividades	80
<b>CAPÍTULO 4 Tempos da natureza e ação antrópica</b>	81
Natureza humanizada: do meio natural ao meio técnico	82
Tempo geológico e relevo terrestre	83
Recursos naturais e sustentabilidade	89
Em pauta: Consumo consciente	90
Tempo atmosférico e clima	91
Tempo cíclico da água	94
Tempo evolutivo da vida	100
Atividades	106
<b>CAPÍTULO 5 Os desafios da sustentabilidade e a agenda ambiental</b>	108
Energia e meio ambiente	108
Efeito estufa e emergência climática	118
Poluição dos oceanos	119
A polêmica dos OGMs	121
Globalização da agenda ambiental	123
Políticas ambientais no Brasil	127
Direito e sociedade: Política Nacional de Resíduos Sólidos	131
Atividades	132
<b>CAPÍTULO 6 Sociedade e meio ambiente</b>	134
O que significa "meio ambiente"?	134
A problemática socioambiental	135
Sustentabilidade e produção de alimentos	136
Modernização, transformação social e justiça ambiental	144
Leitura analítica: Os movimentos sociais indígenas e a luta pela terra	151
Atividades	152
Movimentação	154
Referências bibliográficas	158

Fonte: Editora Moderna.

É possível verificar através dos materiais, a das nomenclaturas dos componentes curriculares tais como a Geografia fato que dificulta o entendimento e a busca dessa área do saber pelos estudantes. Salienta-se que, em toda a coleção, pouquíssimas vezes esse termo é mencionado tendo em vista a questão da proposta de interdisciplinaridade, isto é, da união das ciências humanas.

Em uma conversa inicial com o docente da disciplina de Geografia, este relatou que tinha-se a pretensão de cada capítulo do modulo seria trabalhado por todos os professores da

área de Ciências Humanas, posteriormente ao conversarem entre si ficou estabelecido por eles que disciplinas como Geografia e História teriam um capítulo por bimestre e Sociologia e Filosofia, que tem carga horária menor iriam ficar com 1º capítulo para trabalhar em todo o semestre. Dessa forma, os conteúdos identificados pelos professores de Geografia como pertencentes à área estão localizados sempre no 4º e 5º capítulo do módulo.

Nesse sentido, é perceptível a redução do espaço das disciplinas na escola desde mesmo a carga horária, isto é, menos aulas das disciplinas para trabalhar e aprofundar os conteúdos específicos, comprometendo, de certa forma, a formação do educando. Outro ponto que chama atenção é a diminuição do espaço de cada disciplina nos livros didáticos, levando em consideração que cada um dos componentes de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas possuía seu próprio livro didático para ser utilizado durante todo o ano letivo.

Ao levarmos em consideração a quantidade de conhecimentos que cada disciplina possui, já se tinha a dificuldade em sintetizar esses conhecimentos em apenas um livro didático por ano, e agora vemos que essa tarefa se tornou ainda mais difícil pelo limitado espaço de apenas um capítulo ou até metade em alguns casos por bimestre levando a uma simplificação aguda teórica. E, em consequência dessas constantes perdas é possível que possa ocorrer o desaparecimento de algumas disciplinas, tais como Sociologia e a Filosofia ao longo do tempo por serem ainda mais prejudicadas nesse processo.

No novo material também se observa a ausência da divisão por unidades, as quais abrangiam vários capítulos nas versões anteriores dos livros didáticos. Agora, vemos conteúdos com apenas um ou dois tópicos disputando espaço de apenas um capítulo por bimestre. Um exemplo claro disto são os assuntos ligados a Geografia física, que tomavam conta de praticamente de todo livro do 1º ano do ensino médio e tinham alguns conteúdos espalhados em livros do 2º e 3º ano.

Estes conhecimentos/conteúdos foram reagrupados em um único capítulo (Tempos da Natureza e Ação Antrópica) no primeiro módulo do 1º ano do ensino médio. E, em consequência dessa síntese, muitos assuntos desapareceram do livro e aqueles que permaneceram não possuem grande espaço de apresentação e diálogo dentro do material. Ao levarmos em consideração que, de acordo com o novo ensino médio, certos pontos só serão aprofundados caso o estudante opte pela área das Ciências Humanas, vemos que esse livro é bem superficial atribuindo aos conteúdos que permanecem abstração e menor importância dentro do currículo proposto, dado o novo modelo de ensino em vigor.

Também chama a atenção a redução do número de páginas, livros de disciplina específica que tinham quase 300 páginas de conteúdo, tais como a Geografia, ficaram resumidas a praticamente 100 páginas para trabalhar durante o ano letivo.

Nesse sentido, vemos que o livro didático sofreu significativas modificações que afetaram e afetarão de alguma maneira o trabalho docente. Nesse sentido, trazemos a seguir a percepção inicial dos docentes para com esse novo material didático, para entender como esse material foi recebido nas escolas por esses sujeitos, bem como a partir de suas falas perceber estes foram beneficiados ou prejudicados pela inserção desse novo formato de livro didático.

## **5.2 Percepção dos docentes**

A realização desta pesquisa contou com a participação de professores de Geografia e de outras disciplinas da área de ciências humanas que estavam ministrando aula nesse novo formato no 1 ano do ensino médio na ECI Joana Emília da Silva na cidade de Fagundes-PB. Salienta-se que todos os docentes possuíam carga horária estipulada para a disciplina atendendo ao que é determinado pelos novos direcionamentos curriculares. Foram entrevistados um total de quatro professores, isto é, contamos com a participação de um professor por disciplina que compõe o itinerário formativo, no qual metade foram do sexo masculino e a outra feminina.

Outro ponto abordado inicialmente no questionário, para o esclarecimento do perfil do entrevistado foi o tempo em que os docentes estavam lecionando, e todos responderam que estavam há mais de 10 anos nessa profissão, indicando um longo caminho na docência.

Os docentes entrevistados, ao responderem a questão, “qual a importância do livro didático?” Reafirmaram a relevância deste material para o aluno, pois “é uma importante fonte de pesquisa” (entrevistado 1) e além disso, de acordo com outra fala docente vemos que o livro é extremamente necessário principalmente

Em contexto de escola pública, em muitos casos, é o único meio do discente obter as informações sobre determinados conceitos científicos relacionado a disciplina que está estudando (entrevistado 4).

Todavia, o livro didático também se mostra imprescindível no planejamento e prática docente, segundo os outros entrevistados, uma vez que se configura como “uma importante ferramenta para o desenvolvimento das aulas e compreensão dos conteúdos” (entrevistado 2) responsável, muitas vezes, por dar “um norte dos conteúdos a serem trabalhados” (entrevistado 3).

Na questão “qual foi seu maior receio quando soube que o livro didático iria mudar?” Percebemos a preocupação dos professores quanto com o conteúdo desse novo livro didático,



pois estavam receosos que ocorresse uma “redução do conteúdo programático” (entrevistado 1) além disso, havia também uma tensão quanto a “forma seria exposto os conteúdos” (entrevistado 3) das disciplinas.

Outro grande temor dos docentes se centrava na questão da imposição de livros não escolhidos por eles, isto é, “a rede de ensino adotar uma coleção que não fosse a escolhida pela escola” (entrevistado 4). E, também estavam apreensivos por essa “nova roupagem dada ao ensino médio, tendo em vista um novo caminho, e se esse caminho seria benéfico aos alunos” (entrevistado 2).

Na questão “quais foram as mudanças que você notou nesse novo formato de livro didático?” Os professores responderam que o livro deixou de ser “por disciplina e passou-se a trabalhar com um livro por área de conhecimento” (entrevistado 4). É preciso considerar o grande impacto que essa transição causou no ambiente escolar, tendo em vista que os professores em sua prática docente, em mais de 10 anos de experiências, estavam acostumados trabalhar um livro específico.

Outro docente relatou que houve uma “compactação e uma maior integração nos componentes disciplinares” (entrevistado 2). Embora essa ideia propagada de interdisciplinaridade entre as áreas por esse novo modelo, vemos que isso é algo ilusório em virtude de não interação entre disciplinas impossibilitadas pelos conhecimentos suprimidos e reduzidos em um pouco espaço, isto é, para haver interdisciplinaridade se faz necessário o planejamento conjunto e o respeito as singularidades de cada área.

Outro problema, derivado dessa transformação, também foi identificado por outro entrevistado relacionado a forma como os conteúdos desses livros vieram, pois estes trouxeram uma “abordagem simplificada de temáticas” (entrevistado 1), fato que já era esperado pelos docentes, em virtude do espaço teórico limitado de cada disciplina destinado a um maior aprofundamento das temáticas ou conceitos.

Já em outros momentos, de acordo com o entrevistado, o livro apresenta “conteúdos mais condensados e textos menores” (entrevistado 3). Ou seja, muitas informações de um assunto contidas em um pequeno tópico ou texto que claramente não foram melhor desenvolvidas.

Na questão “o que você achou da nova estrutura do livro didático? ”, os professores acharam esta remodelagem “resumida e um pouco confusa” (entrevistado 1 e 2), uma vez que

O espaço para os conteúdos e conceitos básicos das disciplinas é reduzido. Já que o livro é por área de conhecimento. Assim, é necessário o professor organizar um material extra para introduzir parte do conteúdo fundamental para a série que o livro não traz (entrevistado 4)

Dessa forma, vemos que em virtude da simplificação do livro, os docentes têm que preparar um material complementar para sua aula. Outro ponto levantado por outro docente foi a questão da “valorização de algumas disciplinas em detrimento de outras (entrevistado 3) que esse novo modelo de ensino e, conseqüentemente o novo material didático gerou, na medida em que há disciplinas com maior carga horaria que outras, bem como maior espaço no livro didático para os conhecimentos específicos.

Seguindo com os questionamentos acerca da nova realidade que se estrutura, ao serem perguntados acerca de erros e lacunas conceituais presentes nos novos materiais, os docentes responderam que todos os professores afirmaram não terem encontrado ainda erros conceituais. Entretanto, relataram que “Em relação ao material anterior, tem lacunas sim. Porém, atende a essa nova proposta do ensino” (entrevistado 1), podendo ser vista “na organização e cronologia” (entrevistado 2).

Quanto ao conteúdo este também sofreu impacto de acordo com o relato de um docente (entrevistado 4)

O livro não possui erros conceituais. Porém, existem lacunas. Ou seja, ele apresenta determinados conteúdos, mas não traz informações e conceitos que deveriam ser trabalhados anteriormente. Por exemplo, em uma parte todos capítulos trabalha o tempo geológico e a formação da costa terrestres, além das camadas externas da terra. Mas não trabalha as camadas internas e seus dinâmicas. Depois trabalha atmosfera, mas não menciona os principais movimentos de rotação e translação que tem relação direta com a dinâmica natural do planeta.

Como não poderia deixar de ser, os docentes foram questionados sobre a prática docente diante do novo contexto “Você teve alguma dificuldade para trabalha-lo em sala de aula? Caso sim, quais foram?”. Dois professores (entrevistados 1 e 4) responderam que não tiveram dificuldades até o momento, apesar de procurar complementar seu material. Enquanto os outros entrevistados afirmaram que tiveram “algumas, a primeira é assimilar a compactação dos conteúdos e, conseqüentemente, a falta de uma transição e preparação para o novo formato” (entrevistado 2) de ensino e de livro didático. Outro ponto centra-se ainda na questão dos conteúdos muito restritos da disciplina (entrevistado 3), fato que dificulta o trabalho docente ao invés de facilitar.

Como pudemos observar nas falas docentes a introdução do novo livro didático completamente modificado associado a uma ausência de uma formação docente eficiente aos professores da educação básica, trouxe grandes transformações e prejuízos para essa realidade escolar, principalmente por dificultar o trabalho docente.

No que se refere a geografia, esta sofreu inúmeras perdas nessa transição para o novo ensino médio, tais como: a perda do seu material didático exclusivo, teve seus conteúdos simplificados, reduzidos e suprimidos ao ponto de gerar uma descaracterização dessa disciplina. Além disso, vemos que a diminuição da carga horaria de geografia na educação básica, poderá dificultar ainda mais o aprofundamento e o preenchimento das lacunas deixadas por esse novo livro didático, prejudicando não apenas o docente, mas também o educando.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste estudo foi possível verificar que o livro didático sofreu grandes alterações, todavia apesar de estarem contidas nesse material alguns conhecimentos específicos de cada disciplina de Ciências Humanas e Aplicadas, não é possível afirmar se houve uma maior integralidade entre estas, já que esse formato não leva a um diálogo ou interdisciplinaridade entre as disciplinas, mas sim a uma redução, minimização e secundarização das áreas de conhecimento.

Além disso, notou-se também que os livros eram anteriormente unitários por série e agora passou-se a trabalhar nas escolas com 2 módulos por ano do ensino médio. A não nomeação das disciplinas foi algo também marcante nesse formato do PNLD 2021, juntamente com ausência da divisão do material por unidades as quais abrangiam vários capítulos nas versões anteriores. Agrupando assim, um grande número de informações em um pequeno espaço de diálogo. Dificultando o entendimento do aluno dos conteúdos das disciplinas e a prática docente.

Sobre as falas dos docentes, percebemos que docentes entrevistados não ficaram satisfeitos com esse novo material didático, pois este apresentou inúmeros problemas, dentre os mais comuns descritos pelos professores foi a simplificação intensa, com a diminuição de textos, por exemplo, e o menor aprofundamento nos assuntos, acabando por deixar lacunas bem maiores que o livro anteriormente usado por eles.

Nesse sentido, a prática pedagógica tornou-se mais difícil, uma vez que o material em questão é bastante restrito, obrigando o professor a montar o seu próprio material ou buscar muitas fontes para completar o conteúdo para que seja trabalhado em sala de aula. Outro ponto importante é diminuição da carga horária das disciplinas de Ciências Humanas, que também traz prejuízos na hora de preencher essas lacunas de conteúdo, pois aprofundar os conhecimentos só será possível se o educando optar por isso no processo de escolha das áreas de maior afinidade.

É necessário mencionar que como o PNLD 2021 se encontra em processo de implementação e representa grandes mudanças, ainda há muito em que se aprofundar nesse novo objeto de estudo. Assim, a presente pesquisa trata-se apenas de um olhar inicial focado na percepção dos docentes, havendo a pretensão posteriormente de uma melhor contemplação desse tema com outras pesquisas acadêmicas.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia. **Geografia, ciência e sociedade: uma introdução do pensamento geográfico**. Recife: EDUFPE, 2006.

AZAMBUJA, L. D. de. O livro didático e o ensino de Geografia do Brasil. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, [S. l.], v. 4, n. 8, p. 11–33, 2015. Disponível em: <https://revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/180>. Acesso em: 17/06/2022.

BITTENCOURT, Circe Fernandes. **A história do livro didático Brasileiro**. Abre livros- associação Brasileira de editores de livros escolares. 2020. Disponível em: <https://abrelivros.org.br> Acesso em 13/01/2022 13:25

BRASIL. **Lei n. 13.415, de fevereiro de 2017**. Presidência da República. Casa civil. Subchefia para assuntos jurídicos. Disponível em <http://www.planalto.gov.br> Acesso em 13/01/2022 12:00

BRASIL. **Bncc- Base Comum Curricular: Ensino médio**. 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em 13/01/2022 12:30

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Presidência da República Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br> Acesso em 13/01/2022 12:40

CARLOS, Jairo Gonçalves. **Interdisciplinaridade: o que é isso ?** Interdisciplinaridade no Ensino Médio: desafios e potencialidades. P. 1-10 disponível em: <https://www.pucsp.br/prosaude/downloads/territorio/o-que-e-interdisciplinaridade.pdf> acesso em 22/06/2022

COPATTI, Carina. **Olhares ao Programa Nacional do Livro e Material Didático: relações entre estado, mercado editorial e os livros didáticos na escola**. Perspectivas em políticas públicas. V. 14, N. 27 jan/jul 2021

CHOPPIN, Alain. **História dos livros e das edições didáticas sobre o estado da arte**. Revista educação e pesquisa, São Paulo, V, 30, N. 3, P. 549- 566, Set/ Dez/ 2004.

FNDE- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Ministério da Educação. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos>. Acesso em: 13/01/2022 11:10

FREITAS, Neli Klix.; RODRIGUES, Melissa Haag,. O livro didático ao longo do tempo: a forma do conteúdo. **DAPesquisa**, Florianópolis, v. 3, n. 5, p. 300-307, 2019.. Disponível em:

<https://www.revistas.udesc.br/index.php/dapesquisa/article/view/15378>. Acesso em: 13 jan. 2022 11:20

FRIGOTTO, Gaudêncio. Entrevista. In: **portal de periódicos da Fiocruz**. 2016 a. disponível em <https://periodicos.fiocruz.br/pt-br/content/gaudencio-frigotto>. Acesso em: 13/01/2022 10:49

\_\_\_\_\_. Reforma de ensino médio do (des)governo de turno: decreta-se uma escola para os ricos e outra para os pobres. 2016 b. Disponível em: <https://www.anped.org.br/news/reforma-de-ensino-medio-do-des-governo-de-turno-decreta-se-uma-escola-para-os-ricos-e-outra>. Acesso em: 13/01/2022 11:00

GIL, ANTONIO CARLOS. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. - 6. ed. – São Paulo : Atlas, 2008.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez. 1990, p. 160-173

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 14 reimpressão, 1994. p. 143-146

MODERNA PLUS: ciências humanas e sociais aplicadas. Manual do professor. Vários autores .1 ed. São Paulo: Moderna, 2020.

OLIVEIRA, Daniela Santana; MELO, Josandra, Araújo Barreto de. **O Livro Didático E Sua Contribuição No Ensino De Geografia: Experiências Do Pibid**. Editora realize. Anais Cintedi. 2014.

PASSOS, Gilliard dos Santos; NASCIMENTO, Samira de Jesus; REIS, Daniele dos Santos. O Ensino de Geografia e o Livro Didático como Instrumento no Processo Educacional. **Anais V Fórum Identidades e Alteridades e I Congresso Nacional Educação e Diversidade**: Universidade Federal de Sergipe Itabaiana, 2011.

PONTUSCHA, Nidia Nacib. PAGANNELI, Tomoko Iyda; CACETE, Nuria Hanglei. **Para ensinar e aprender Geografia**. São Paulo: Ed Cortez, 2007

PRODANOV, CLEBER C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RIBEIRO, Larissa Oliveira Mesquita; RIBEIRO, Willame de Oliveira. **Ciência do Espaço sem Espaço: Disciplina Geografia e Reforma do Ensino Médio no Brasil**. Revista de educação, PUC- campinas, v. 25, 2020

ROCHA, Genylton Odilon Rego da. **Uma breve história da formação do professor de Geografia no Brasil**, in: Terra livre, n. 15, São Paulo, 2000, p. 129-144.

RODRIGUES, Aline De Lima; CUNHA, Elisângela de Souza. **Nas Entrelinhas do Livro Didático de Geografia: a Percepção de Professores e Alunos**. Revista geopantanal. UFMS/AGB. Corumbá/MS. N. 28. 183- 193. Jan./jun. 2020.

SANTOS, Neimara Costa De Lima; FERNANDES, Maria José Costa.. **A trajetória do ensino de Geografia no Brasil**. Anais CONADIS- Congresso Nacional Da Diversidade Do Semiárido. Campina Grande: Realize Editora, 2018. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/50491>. Acesso em: 13/01/2022 10:03

SCHÄFFER, Neiva Otero. **O Livro Didático E O Desempenho Pedagógico: Anotações De Apoio À Escolha Do Livro Texto**. Boletim Gaúcho de Geografia, Porto Alegre, RS, Brasil 16: 03-16, out., 1988.

SILVA, Marco Antônio. **A fetichização do livro didático**. Educação e realidade. V. 37, n. 3, set./dez. de 2012, p. 803-821

SILVA, Micaelle Amancio Da. **O Programa Nacional do Livro Didático para o ensino médio - PNLD: uma análise a partir dos livros didáticos de Geografia**. Dissertação. UFPB - Campus I - João Pessoa. 23-Ago-2018. p. 25-36

SILVA, Matheus Gomes da; SANTANA, Sandra Souza de; SILVA, Cristina Souza; BRAGA, Maria Cleonice B; QUEIROZ, Maria da Conceição Moraes. **A bncc, a redução da carga horária de geografia e o dilema da seleção dos conteúdos: um debate necessário**. Revista Ensino de Geografia (Recife) V. 4, N. 3, 2021 P. 1-18

**APÊNDICE I**  
**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO – CEDUC**  
**DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA – DG**  
**CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**  
**PESQUISA SOBRE A PERCEPÇÃO DOS DOCENTES DA ECI JOANA EMILIA DA**  
**SILVA ACERCA DO PNL D 2021 DO 1 ANO DO NOVO ENSINO MÉDIO**

**QUESTIONÁRIO:**

- 1- Sexo  
 feminino       masculino
- 2- Quantos anos na profissão?  
 mais de 10     menos de 10
- 3- Qual disciplina você ministra?  
 Geografia    História    Filosofia    Sociologia
- 4- Qual editora foi escolhida?
- 5- Qual a importância do livro didático?
- 6- Qual foi seu maior receio quando soube que o livro didático iria mudar?
- 7- Quais foram as mudanças que você notou nesse formato de novo livro didático?
- 8- O que você achou da nova estrutura do livro didático?
- 9- Os conteúdos estão organizados sem lacunas e erros conceituais? Caso sim, explique
- 10- Teve alguma dificuldade para trabalhá-lo em sala de aula? Caso sim, quais foram?